

O destino das unidades de produção familiares no meio rural: um estudo sobre a juventude no município de Morro Redondo - RS

Maria Regina Caetano Costa^{*}

Antonio Amaral Bezerra^{**}

Henrique Furtado de Mendonça^{***}

Resumo

A problemática da transmissão do patrimônio fundiário na produção agrícola familiar apresenta grande potencialidade de conflito interno. Além disso, presencia-se, na atualidade brasileira, o êxodo rural acentuado dos jovens, a redução da taxa de natalidade e o envelhecimento da população, associado ao processo de masculinização. O presente estudo examina essas questões por meio de uma pesquisa realizada pelo Departamento de Ciências Sociais Agrárias e o PPG em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da UFPel, envolvendo pesquisa de campo com a realização de entrevistas semiestruturadas para tentar retratar o conjunto de unidades familiares no município de Morro Redondo - RS. As entrevistas realizadas permitem concluir que o

baixo nível de escolaridade se manifesta como um elemento que contribui na manutenção da juventude na atividade familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Juventude rural. Sociologia rural. Sucessão hereditária.

* Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social. Doutora em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, UFPel.

** Professor da Faculdade de Agronomia, UFPel. Doutor em Agronomia.

*** Professor da Faculdade de Agronomia, UFPel. Especialista em Economia Rural.

Recebido em: 25/10/2011 - Aprovado em: 20/01/2012

Introdução

Esta pesquisa parte da premissa de que até a década de 1960, período que antecede a aceleração da modernização da agricultura, predominava um determinado padrão sucessório na agricultura familiar¹ do sul do Brasil. Até esse período, o principal objetivo da imigração era a colonização. Tanto no caso de imigrantes alemães como italianos, a agricultura surgia como perspectiva mais viável para a sua reprodução social. Os filhos tinham interesse em reproduzir os papéis de seus pais, garantindo a propriedade existente ou ampliando o patrimônio.

O casamento era um fator determinante para que os filhos procurassem construir seu patrimônio junto à nova família. Tão logo se casassem eram direcionados pelos seus pais para novas áreas de colonização.

Outro aspecto relevante era quanto ao maior número de filhos. As famílias de imigrantes alemães tinham, em média, 8,5 filhos por casal na primeira geração e 10,5 na segunda, as famílias italianas tinham, em média, sete a nove filhos (ROCHE, 1962).

Os filhos mais velhos deixavam o grupo doméstico, dando lugar ao minorato, ou seja, o filho mais novo, que, juntamente com a herança da propriedade, se responsabilizava em cuidar dos pais durante a velhice (TAVARES DOS SANTOS, 1978).

É evidente que, mesmo com a facilidade em adquirir novas terras, nem todos os filhos continuavam na profissão de seus pais. A questão de gênero nesse período demonstrava que as filhas tinham um

destino diferente dos rapazes, geralmente recebiam compensações na forma de dotes ou pagamentos monetários.

O trabalho realizado pelas mulheres, seja na lavoura, seja na casa, não era considerado passível de pré-herança, além disso a mulher era a que geralmente saía do chamado “núcleo familiar”, por meio do casamento, perdendo, dessa forma, o direito a antecipações de herança. Na divisão do trabalho também é clara a diferença nas atividades femininas e masculinas.

A participação das moças no trabalho rural é diferente da dos rapazes, pois essas, desde cedo, eram direcionadas às tarefas leves, sem acesso às atividades pertencentes ao universo masculino (GARCIA Jr., 1983).

No que concerne à transmissão de patrimônio, o papel da mulher é enfocado por Seyferth:

A mulher não herda terra porque a partir do casamento irá fazer parte de outra família. E pertencendo a outra família não tem direito de ficar com uma parte da terra que deve pertencer a seus irmãos (Apud SACCO DOS ANJOS, 1994, p. 204).

Nos últimos anos, a agricultura familiar vem ganhando importância como alternativa para o desenvolvimento rural. Simultaneamente, a sucessão hereditária vem se tornando um processo que requer maior importância nas tomadas de decisão dos núcleos familiares.

Para as gerações anteriores, tornar-se sucessor era um compromisso moral, os próprios filhos tinham interesse em reproduzir o papel de seus pais. Durante a colonização, cada família tinha como intenção

ter acesso à terra e garantir o futuro das gerações, garantindo a propriedade existente ou ampliando o patrimônio.

A profissão agricultor, convencionalmente, é marcada pela hereditariedade,² influenciando decisivamente a sucessão na agricultura familiar. A terra é o principal ativo e sua transferência refere-se a uma questão atinente a pais e filhos, podendo ainda envolver outros membros da família, seja em forma de doação, arrendamento, venda, seja de outra modalidade. O trabalho na terra e, portanto, a própria terra, tinha representação significativa no universo simbólico da família.

Atualmente, a agricultura, ou seja, o exercer a profissão de agricultor é apenas uma das oportunidades de escolha para os jovens. A saída dos jovens do campo nos dias atuais não é mais vista como algo a ser evitado, nem traumatizante. Os próprios pais estimulam e até auxiliam as filhas a migrarem para a cidade, para estudar ou irem em busca de trabalho.

Em paralelo aos valores rurais, aparecem valores incorporados ao mundo urbano, adotados sobretudo pelas mulheres. O fato de as mulheres abandonarem o meio rural em maior proporção que os homens pode ter razão no fato de que estas, geralmente, têm destino diferente dos rapazes, recebendo compensações em muitos casos de natureza simbólica, mas não raramente se percebe, na atualidade, a ocorrência de pagamentos monetários e auxílio para estudar.

A análise deste estudo tem como material empírico os resultados de uma pes-

quisa realizada com agricultores familiares no município de Morro Redondo.³

O município possui 745 estabelecimentos rurais, predominando o modelo de exploração agrícola familiar, que corresponde a um total de 713 estabelecimentos familiares. A produção agrícola domina o cenário econômico desse município. Por uma questão de adequação climática, a cultura do pessegueiro passou a dominar a paisagem rural dessa região.

O processo de instalações de agroindústrias trouxe uma nova dinâmica à economia local, que justificou inclusive a emancipação do distrito de Pelotas.

O trabalho desenvolvido nos estabelecimentos familiares desse município conta com a mão de obra essencialmente familiar.

O município de Morro Redondo possui uma dimensão territorial de 245 km², fato que possibilita aos seus habitantes opções quanto às escolhas profissionais, dentro da atividade produtiva ou fora dela, ou dividindo seu tempo entre atividades agrícolas e não agrícolas.

Este artigo tem como objetivo identificar as expectativas e aspirações da juventude rural⁴ em relação ao futuro e ao exercício da profissão de agricultor.

Neste trabalho discutiram-se questões relacionadas ao processo sucessório, enfocando a composição da família, divisão do trabalho, estratégias familiares, grau de escolaridade e futuro profissional da juventude⁵ do meio rural.

Metodologia

Este artigo tenta retratar uma parcela representativa de uma pesquisa mais abrangente que trata de temáticas referentes ao mundo rural, tais como a pluriatividade, previdência social rural, questão sucessória na agricultura familiar e futuro profissional do jovem rural do município de Morro Redondo - RS. Essas questões vêm sendo investigadas pelo Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e o Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da UFPel, e os seus resultados estão originando trabalhos de iniciação científica, dissertações e teses. Trata-se de um estudo de caso, cuja pesquisa de campo envolveu o uso combinado de metodologia quantitativa e qualitativa. Especificamente neste trabalho referiu-se à questão da sucessão hereditária com o uso de metodologia qualitativa,⁶ envolvendo 9 das 17 colônias existentes em Morro Redondo, perfazendo um total de 33 entrevistas com as famílias rurais.

Por se tratar de uma temática que envolve relações de poder, conflito de gerações, futuro das propriedades, optou-se por entrevistar os filhos dos agricultores fora do ambiente da propriedade familiar. As entrevistas foram realizadas na Escola de Ensino Médio Nosso Senhor do Bonfim. Entendeu-se que fora do âmbito familiar, e dentro de um espaço (escola) que consideram seu, esses jovens se sentiriam mais à vontade para dialogar sobre a relação familiar/dinâmica de trabalho/futuro da propriedade e outros aspectos de interes-

se, com o posterior uso da análise do conteúdo.

Composição e o trabalho familiar

Verificou-se, pelos depoimentos, quanto ao núcleo familiar, que as famílias rurais costumavam ser mais numerosas em Morro Redondo. Em todas as colônias percorridas, em cada propriedade visitada, geralmente encontrava-se o casal acompanhado dos filhos; apenas em quatro propriedades encontraram-se famílias com mais de três filhos. Atualmente, a média de filhos está em torno de 2,3 por família (Pesquisa de Campo, março, 2005).

A queda da taxa de fecundidade, segundo o IBGE (2006), vem ganhando força, indicando que a mulher brasileira já tem menos de dois filhos. Esse processo tem sido também observado nas áreas rurais, onde as taxas de fecundidade estão se aproximando das áreas urbanas. Segundo Nunes⁷ (2009), atribui esse fenômeno à migração de jovens em idade fértil para as cidades e à generalização da cultura urbana.

Segundo o Censo⁸ de 2000, o número de filhos no meio rural, comparado com o da cidade, permanece maior, fator que contribui para manter a mão de obra agrícola. Brandão (1982), analisando a participação dos filhos, comenta que estes são introduzidos no trabalho familiar para economizar no custo do uso do trabalho assalariado, desempenhando tarefas úteis, como limpeza, plantio, colheita e cuidado com os irmãos menores.

Abordando a temática sobre o trabalho dos filhos, Heredia apresenta uma diferenciação que não determina cronologicamente uma faixa etária estimada para acompanhar o desenvolvimento dos filhos no aprendizado dos trabalhos. A autora argumenta que a passagem de pequeno para grande é o fato de saber trabalhar, variando de um grupo doméstico para outro (GARCIA Jr., 1983).

A inserção dos membros da família no trabalho do campo acontece de maneira natural, todos colaboram à sua maneira e o esforço despendido em cada tarefa dependerá da capacidade, iniciativa de cada um e também da maior ou menor afinidade com determinada atividade. A divisão do trabalho também é determinada por sexo e idade, e o trabalho da criança no meio rural é sempre significativo.

Para ilustrar o cotidiano familiar, quando os jovens são questionados sobre como foram inseridos no trabalho familiar e como são imbuídos de responsabilidades, um rapaz da colônia Colorado comenta:

[...] o trabalho no campo começa quando a gente é pequenininho mesmo, a gente vai pra lavoura [...] aí vai ficando maior, aí tem uma máquina agrícola, a gente gosta daquela máquina agrícola, aí anda com o pai em cima, daqui a pouco a gente aprende a manusear aquela máquina, aí tem responsabilidade com aquela máquina que é uma verdadeira fortuna, né? Então a gente tem responsabilidade sobre aquilo ali. Daqui a pouco a gente sabe desempenhar outros tipos de serviços dentro daquele meio, no campo. Então a gente vai aprendendo, vai desenvolvendo. (JR)

Nessa mesma reflexão, uma moça da colônia São Domingos relata:

[...] a gente começa desde cedo, a mãe leva o bebê porque não tem com quem deixar em casa, e tem que levar junto porque tem que ajudar o esposo no serviço. Então, a gente vai aprendendo desde pequeno, a mãe pede ou para buscar alguma coisa [...] ou parte da gente ficar curioso e querer ajudar [...] ou vai plantando alguma coisa na frente, aí, se tá errado, a mãe vai e corrige, mas até muitas vezes não fala nada até mesmo para influenciar [...]. Porque nós do meio rural a gente deixa de brincar mais cedo do que as outras crianças. Eu com seis anos, quando eu ganhei a minha boneca, o meu carrinho, eu já não tinha aquela vontade de brincar... (KF)

Para confirmar esses depoimentos, o levantamento do Censo 2000 aponta o crescimento do trabalho infantil. O número de crianças entre 10 e 14 anos em 2000 era de 563.000 trabalhando na cidade e de 580.000, nas áreas rurais. Houve um crescimento de 76% do trabalho infantil no Brasil, no entanto, 48% dessas crianças não recebiam remuneração alguma, devido ao fato de que grande parte delas trabalhava no campo.

O contato que os jovens têm com o ambiente revela as estratégias compartilhadas no entorno, os saberes surgem da convivência cotidiana. Processos semelhantes foram descritos por diferentes autores, como Brandão (1983), Garcia Jr. (1983), Seyferth (1985), dentre outros, que revelam como acontece o aprendizado e a divisão de tarefas na produção familiar.

A criança é chamada ao trabalho juntamente com seus pais e mães, gradativamente esse trabalho vai se ampliando em

intensidade, diversidade e responsabilidade. Ao final da adolescência, um novo agricultor ou agricultora estará sendo formado (RIBEIRO, 1990).

É uma forma de auxiliar na produção do grupo familiar e também de contribuir para melhorar o nível de vida da família. A ideia é de que a propriedade seja mantida ao longo das gerações, evitando sua fragmentação, e que sempre existam sucessores para dar continuidade ao trabalho familiar.

Segundo Bourdieu (1999), a transmissão de poder entre as gerações representa sempre um momento crítico da história das unidades domésticas porque a relação de apropriação recíproca entre o patrimônio material, cultural, social e simbólico e os indivíduos biológicos modelados pela e para a apropriação encontra-se provisoriamente em perigo.

A opinião dos jovens quando questionados sobre quem decide se existe diferença nas atividades entre homens e mulheres, percebeu-se que o dinheiro está vinculado às atividades masculinas, geralmente é o pai quem negocia ocasionalmente acompanhado do filho mais velho.

Vejamos este depoimento:

[...] as atividades que envolvem dinheiro é mais o meu pai, a minha mãe muito pouco, o meu pai que sai para resolver os negócios se tem que comprar implemento é ele que vai comprar [...] investimento no banco, financiamento é ele que vai buscar [...] lá em casa [...] não tem nada de dinheiro separado tudo fica com o meu pai no caso. (JR)

Existe uma responsabilidade internalizada nesses jovens, que desde cedo

aprendem o trabalho e assumem responsabilidades.

Quando a gente é pequeno tá ali pra passar o tempo, pra crescer. Depois quando a gente chega numa certa idade, tá ali pra ajudar, somos praticamente obrigados a ajudar.

No universo rural, a formação do possível herdeiro ou sucessor ocorre de maneira precoce. A introdução do jovem no processo produtivo auxilia, simultaneamente, na transmissão do aprendizado empírico e confere a autoridade do pai chefe da produção (RIBEIRO, 1990).

Em se tratando da realidade atual, as estratégias de sucessão hereditárias distinguem-se do modelo sucessório tradicional pela prática de novos comportamentos e estratégias familiares. Nesse sentido, a evolução das práticas sucessórias não depende única e exclusivamente da vontade e da ação combinada dos envolvidos no processo de transmissão da propriedade familiar, mas depende igualmente do meio, envolvendo o contexto histórico, social, econômico, geográfico, entre outros aspectos (SANTOS, 1997; CARNEIRO, 2001).

O contexto das unidades e as estratégias familiares

Situações de ruptura nos procedimentos usuais de transferência de patrimônio fundiário podem estar associadas ao desejo de os filhos, em algum momento, se desligarem da família, justificado, em parte, pelas baixas rendas agrícolas. É fato de que muitos jovens estão abandonando o meio rural em busca de oportunidades. Na

pesquisa realizada, muitos depoimentos revelaram o porquê de alguns membros das famílias, mais especificamente os jovens, estão abandonando a unidade familiar.

Dentre principais motivos que levaram tanto os rapazes como as moças ao abandono do meio rural está a falta de trabalho no meio rural. O casamento também aparece como razão para abandonar o meio rural, principalmente para as moças.

Os depoimentos abaixo exemplificam o sentimento de impotência dos pais, que não conseguem suprir as necessidades dos filhos, em face da situação atual da agricultura,

[...] eles tavam achando ruim, eles trabalhavam e eu não podia dá dinheiro pra eles, um queria comprá uma moto, queria tê dinheiro pra saí, sabe como é rapaziada. [...] eles concordava também, se segui assim na lavoura não podemo ficá... nós vai fazê o que temo que saí. (RD)

O problema é que os pais não têm condições de comprá coisas pra eles. Eles querem uma moto, uma roupa boa, como qualquer um que tê, mas não têm mais condições de mantê [...] porque as nossas coisas não valem, valem lá, aqui pra nós não. (UN)

Muitas das filhas dos agricultores abandonaram a propriedade quando eram muito jovens, em torno dos 14 anos, para trabalhar como domésticas em residências na cidade. O trabalho como empregada doméstica continua sendo uma das alternativas para abandonar o campo, o qual em alguns casos não é bem visto pelas moças, mas na expectativa de conquistar algo melhor aceitam tal condição.

A gente pensa em arrumá um serviço bom, não é, [...] que não seja assim... trabalhá em fábrica... pra mim não é bom... doméstica [...]. O meu sonho é estudá e sê professora... (CV)

Além disso, mulheres que permanecem na propriedade continuam não sendo vistas como prováveis sucessoras. O depoimento a seguir é de ZB, cuja filha única HI reside na propriedade. Casada, mãe de dois filhos menores de 14 anos, ajuda a família na propriedade e seu esposo trabalha fora da agricultura. Sobre o futuro da propriedade ZB revela:

Ah..., eu fico pensando tomara que os netos fica... é uma coisa natural, um dia vai chegá, esse dia, né? Nós não vamos ficá eternamente aqui.

Nesse caso, ZB, não tendo outros filhos na busca da figura masculina para dar continuidade ao seu trabalho, apegasse aos netos, que, embora pequenos, estejam sendo cogitados como sucessores no futuro da produção familiar.

Quando os filhos abandonam a propriedade familiar, é preciso redefinir os papéis de cada membro da família, pois passarão a ter menos um colaborador nas atividades diárias, independentemente de ser homem ou mulher. Por outro lado, a ida para a cidade, no caso dos jovens, torna evidente a importância do trabalho remunerado. Para os que continuam residindo no meio rural e exercem atividades não agrícolas, fora da exploração, o objetivo é praticamente o mesmo:

[...] certeza do pagamento no final do mês. Eu acho... todo mundo vai pra lá porque sabe que no final do mês recebe. Embora muitas vezes não sabendo, não fazem

a conta... não levam em conta que o que eles recebem eles vão pagar. De repente tu tá na colônia, então tu planta, né... não precisa comprar tudo... tu tira também muito sustento da terra. (HC)

É fato que muitos jovens querem abandonar o meio rural, mas existem também aqueles que se sentem identificados com a atividade e que optaram pela profissão de agricultor. Verificou-se um caso na colônia Campestre de um jovem casal, DA e CM, ambos filhos únicos, que optaram pela vida no campo, e têm como justificativa o fato de gostarem e sentirem-se acostumados com a rotina do meio rural. Possuem 7 ha de terra e exploram 40 ha arrendados. Nessa família, percebeu-se que o casal (com duas filhas menores) trabalha em conjunto (os dois participaram da entrevista). Existe uma divisão de tarefas, como exposto anteriormente, percebeu-se também que as decisões são compartilhadas. Na propriedade, a principal atividade desenvolvida está relacionada à produção leiteira, fazem uso de ordenhadeira. Na opinião de CM, o uso da tecnologia para o trabalho ficou mais fácil, além dos afazeres domésticos e das atividades com o leite. Relata:

Meu pai já tinha leitaria, eu sempre ajudei... desde pequena eu trabalhei na leitaria... em lavoura mesmo agora que a gente planta... pra gente mesmo... a batata o feijão, aí que eu fui começar a plantar.

A tecnificação ajudou a reduzir o trabalho pesado, como no caso de DA e CM, o que facilitou o trabalho da família e a execução das tarefas entre o casal. Porém, nesse caso, identificou-se a situação isolada dos demais, na medida em que poucos

foram os casos em que se encontrou jovens (casais) residindo no campo. Precisamente, registraram-se três situações de casais que residem junto com seus pais ou em residências independentes dentro da unidade familiar. Em todos os casos são as filhas que casaram e permaneceram juntamente com a família. Além disso, evidenciaram-se dois casos de filhos celibatários, que assumiram a propriedade e cuidam dos pais.

Quanto às estratégias que a família utiliza para o momento da sucessão, conforme referido anteriormente, inexistente um planejamento concreto, tampouco se fala em recompensas para quem foi excluído da sucessão. Ao contrário, para aqueles que abandonam a unidade, é comum prestarem algum auxílio financeiro àqueles que dão continuidade aos projetos da unidade. O processo sucessório como não vem sendo discutido, geralmente fica sob o controle dos próprios herdeiros, ou seja, quem vai abandonando a unidade familiar não reivindica sua parte, principalmente enquanto os pais estão vivos, dependendo de cada família e também da condição financeira dos herdeiros. De acordo com Carneiro (2001), não depende única e exclusivamente da vontade e da ação combinada dos envolvidos, mas depende, igualmente, do meio, envolvendo o contexto histórico, social, econômico, geográfico, entre outros aspectos.

Grau de escolaridade e o futuro profissional no discurso da juventude de Morro Redondo

A literatura relata que optar por estudar, para a maioria dos jovens agricultores, é uma das formas encontradas para abandonar a agricultura. Em algumas entrevistas percebeu-se que os jovens do meio rural, recorrendo às palavras de Woortmann (1995), quando analisou o trabalho familiar nas colônias do Rio Grande do Sul, “vivem sonhando com o meio urbano”.

Pesquisando agricultores familiares do Oeste catarinense, Silvestro et al. (2001) detectaram que a educação é um elemento decisivo no horizonte profissional de qualquer jovem. O destino dos jovens que deixam a propriedade paterna confirma a associação entre a permanência na atividade agrícola e o baixo nível educacional. Conforme Durston (1996, apud SILVESTRO, 2001), acaba ficando na agricultura aquele filho ao qual “la cabeza no le dá para más”.

As pesquisas realizadas em 2004 na escola e em 2005 (geralmente com o chefe da exploração) apontam algumas diferenças. Quando foi conversado com os jovens, percebeu-se que eles possuíam um maior envolvimento com as atividades na propriedade, estavam estudando em busca de melhores condições de vida, inclusive fora da agricultura. Já na entrevista realizada nas propriedades encontraram-se poucos casos em que os filhos ainda estavam estudando ou haviam retornado aos

estudos. Os filhos residentes na propriedade e que frequentam a escola geralmente são crianças. Quanto aos filhos mais velhos que permaneceram na propriedade, ocasionalmente alguns tinham o ensino médio concluído. Encontrou-se apenas um jovem agricultor cursando o nível superior, sendo que a maioria não concluiu o ensino fundamental. Estudar e permanecer na “colônia” para os agricultores não tem muito sentido. Nesse aspecto, um dos agricultores entrevistados declarou sobre seus filhos:

Estudaram..., mas pouco, os mais velhos não quiseram, acharam ruim trabalhá o dia todo na lavoura e estudá... Eu até falei pro mais velho, a namorada dele é estudante, eles podem casá e segui estudando. Mas eu não sei se ela vai continuá estudando, se vai ajudá ele depois na colônia. Não sei. (WM)

Embora se tenha ouvido alguns relatos de filhos que abandonaram a unidade familiar e que estão estudando, este não foi o fator principal que os levou a abandonar o meio rural. Conforme relataram os entrevistados, a falta de condições materiais da família levou alguns de seus membros a buscar trabalho fora; a educação acaba sendo consequência da busca por uma vida melhor, tendo em vista as necessidades do mercado de trabalho urbano. Conforme os próprios entrevistados relatam: “Na cidade tem que tê estudo.”

Os jovens estudantes geralmente traçam seus projetos de vida com o foco na cidade. A opinião das moças é de abandonar a propriedade familiar. Nos depoimentos delas vê-se que, diante do tema sucessão, existe maior liberdade em externar seus

desejos quanto ao futuro, se comparado com as opiniões dos rapazes, fato que se explica pela tendência permanecer na terra a linha masculina:

Comigo ele [pai] já perdeu a esperança [...] não que eu não goste, mas eu não quero aquilo pra mim [...], mas quando ele se irrita com os meus irmãos diz: sabe que isso aqui vai ser de vocês, ele sabe que pelo modo de vida que eles estão levando, vai ficar com um deles, ou com os dois (não estão estudando) a tendência do meu irmão do meio. Eu tenho certeza que eu tô indo e o meu irmão mais velho não gosta de trabalhar, faz por obrigação. O meu irmão do meio que vai tomar conta é o que mais gosta, a gente sente que ele gosta de trabalhar... (IS)

O depoimento seguinte é de uma moça (filha única) que ainda não definiu seu projeto de vida. Porém, diante da falta de sucessores, a família enfrentará problemas em assegurar a continuidade da exploração familiar:

Eu vou sair da lavoura, mas eu ainda não sei o que eu vou fazer. [...] eu preferia morar na cidade, eu acho que tudo é mais fácil. Em casa tem que tá trabalhando todo o tempo, não tem um horário de descanso, na cidade não, trabalha um determinado tempo, depois dá para estudar [quanto à propriedade]. Ah..., eu não sei, o pai fala muito em vender aquilo lá e comprar na cidade, para quando ficar mais velho. (TA)

Quanto aos rapazes, muitos pensam no futuro fora da propriedade familiar e na continuidade dos estudos. Sendo que alguns afirmaram que optaram por estudar para abandonar a lavoura. Nesses casos, cursos técnico-profissionalizantes aparecem em destaque na fala dos entrevistados:

[...] Fazer um curso técnico, de mecânica de moto, para ver se eu paro de trabalhar na lavoura. Não é que eu não goste da lavoura, mas do jeito que tá não tem como a gente se manter, só da lavoura não dá. [...] meu irmão não tem interesse. Eu e meu irmão temos a mesma ideia de fazer o mesmo curso, para ver se podemos trabalhar no mesmo negócio [...]. A gente quer continuar mantendo a propriedade, mas não morando nela. Mesmo que plante, bote empregado, mas não para viver da terra. (UL)

Eu pretendo me formar em eletrônica, no Cefet,⁹ a parte de eletrônica é o meu interesse. [...] eu pretendo colocar um negócio próprio, talvez em Canguçu, é um lugar que eu conheço bem, é um lugar que tem poucos lugares que consertam aparelhos eletrônicos [quanto à propriedade]. Eu venderia em último caso, caso não possa tomar conta, colocaria uns empregados para cuidar, para finais de semana poder vir [...] trabalhar na cidade e vir para a colônia nos finais de semana, descansar um pouco... (SF, filho único)

Há também casos de filhos que pretendem dar continuidade ao trabalho familiar na propriedade, no entanto a afirmativa sempre vem depois da reflexão “eu pretendo sair, estudar e voltar”. O fato de pretender sair para estudar sugere a seguinte pergunta: será que retornarão? O exemplo abaixo é de uma jovem com intenção de trabalhar no meio rural. Nesse caso, como essa jovem é filha única, a sucessão poderá recair sobre um herdeiro do gênero feminino, sendo este o único caso onde uma moça revela vontade de retornar e assumir a propriedade:

Eu gosto da vida do campo, pretendo fazer faculdade de Agronomia, a minha ideia é continuar, deixar a propriedade maior, evoluir... Porém, caso tenha uma oportuni-

dade após terminar a faculdade..., se tiver uma oportunidade boa, por que não? A minha intenção é dar continuidade, venderia a propriedade em último caso. Gostaria de fazer a propriedade crescer, sendo filha única, não tem nenhum outro sucessor. (AJ)

Esses prováveis sucessores, embora tenham vontade de retornar, sabem que para assumir a propriedade, em caso de existir mais de um herdeiro, alguns terão de abrir mão de sua parte, ou negociar com o sucessor.

Olha... eu gostaria de poder estudar bastante e poder voltar, [...] se não tiver aquele problema de separação de terra. Geralmente quem fica com as terras e fica cuidando dos pais é o irmão mais novo. [...] se os dois falecerem, aí tem aquele negócio de separar terra... cada um faz o que quiser com a sua terra. Lá em casa já o meu irmão e a minha irmã já declararam que não querem. Eles querem que fique tudo pra mim, então eu não sei como é que eu vou fazer. Ir embora estudar e voltar, se o meu pai e a minha mãe ficarem velhinhos e não puderem trabalhar? Como vai ficar? (CO)

O depoimento é de um jovem agricultor que se mostrou bastante interessado e, até mesmo, vocacionado para o trabalho rural. Porém, relata a tendência de quem geralmente fica com a terra e demonstrou sua preocupação de como irá conciliar sua saída para continuar os estudos e o retorno à propriedade. Nesse sentido, conforme alude Silvestro (2001), embora o padrão tradicional de transmissão fundiária tenha sofrido mudanças importantes, não resta dúvida de que a situação é objeto permanentemente de preocupação em relação ao futuro.

Conclusões

O tema da sucessão hereditária no âmbito da agricultura familiar refere-se a um universo de questões extremamente complexas. É recorrente causa de conflitos internos entre elementos do grupo familiar e se constitui em assunto sobre o qual os mesmos guardam reservas, o que se configura em dificuldade para o trabalho investigativo. Soma-se a esse fato a existência de processos conflituosos, em que pese a sucessão ser um “assunto de família”, sobre o qual, invariavelmente, as pessoas não desejam comentar com estranhos. Nesta pesquisa ficou evidente que a estrutura fundiária e a organização da produção são fortemente condicionadas pela estrutura familiar e pela herança.

No município investigado, com a escassez de terra e a redução do número de filhos, as unidades de produção familiar encontram limitações para se reproduzirem, requerendo um processo distinto no que diz respeito à questão da herança, diferenciando-se do que foi no passado.

Foi constatado que as famílias residentes no espaço rural do município de Morro Redondo sofrem um relativo processo de masculinização, já identificado em outras investigações anteriores. Os assuntos relativos à terra estão centrados na figura masculina, o que repercute no fato de que muitas mulheres acabam abandonando a unidade produtiva por não encontrarem nessa atividade perspectivas de trabalho. Desde cedo elas são direcionadas a outras atividades, de caráter não agrícola.

Quanto à divisão do trabalho, encontra-se presente a distinção de tarefas por gênero, porém, no que diz respeito à tomada de decisão, as relações tornam-se mais flexíveis, ou seja, outros membros da unidade doméstica¹⁰ passam a participar das mesmas.

A pesquisa realizada nos permite concluir que o trabalho feminino não é reconhecido segundo sua importância, embora seja imprescindível para a manutenção da unidade de produção, como também na unidade doméstica familiar. A percepção da crescente diminuição do número de filhos por família e a consideração de que o acesso aos programas de apoio ao modelo de produção requer a manutenção da estrutura familiar, acabam colocando em evidência o papel exercido pela mulher e obriga os demais membros a uma completa redefinição de seus papéis.

Quanto ao processo sucessório, não há uma discussão de forma fluída no âmbito da família. Há evidências, de acordo com os depoimentos colhidos, que esse tema gera conflito interno, ao mesmo tempo em que a sucessão geralmente é tratada entre os possíveis herdeiros, com o enfraquecimento do modelo clássico onde o pai escolhia entre a descendência quem teria melhor perfil para ser o sucessor.

Em Morro Redondo ocorrem situações em que os próprios herdeiros, indiretamente, decidem entre si quem assumirá a unidade da família, especialmente aqueles que pretendem abandonar a propriedade familiar fazendo certa pressão aos prováveis sucessores para que, antecipadamente, assumam essa condição. Desse

modo, os próprios filhos estão preparando seus destinos. Esses jovens estão abandonando a unidade de produção familiar muito cedo, perdendo o vínculo com a atividade e, conseqüentemente, com a terra.

Quanto ao destino dos jovens e da unidade de produção familiar, evidencia-se que as práticas ou estratégias utilizadas por agricultores vêm sofrendo alterações em face dos aspectos referenciados anteriormente. O falecimento dos pais, especificamente do chefe de família, em última análise, determina o início de um longo e difícil acordo entre os descendentes.

Verificou-se, com o estudo desenvolvido, que há um cenário de baixa atratividade do meio rural em Morro Redondo, principalmente para os jovens. A juventude rural não identifica esse espaço como favorável ao seu desenvolvimento profissional pleno. Essa visão aparece identificada com a ideia de que somente permanecem no meio rural pessoas com baixo grau de escolaridade.

Quanto ao pensamento dos jovens, a maioria pretende abandonar o campo. No caso dos rapazes, percebeu-se o discurso de forma recorrente. Talvez sejam influenciados uns pelos outros, por exemplos que conheçam ou pela influência da escola, bem como pelas condições de vida que o meio rural atualmente oferece. No caso das moças, demonstram maior desprendimento em externar a vontade de abandonar o meio rural. Outra evidência é de que tanto os rapazes como as moças pretendem manter a unidade de produção, mas de outra forma, cogitando a remuneração de terceiros, ou constituindo sítios de lazer. Quanto

aos filhos que pretendem ficar na unidade de produção familiar, a maioria tem como prioridade dar continuidade aos estudos, admitindo que diante de oportunidades de trabalho possam optar em não retornar para a propriedade familiar.

Ficou claro que a abertura para novas ideias está designando uma releitura dos papéis dos membros da unidade doméstica. As informações obtidas indicam a necessidade de maior interação entre eles. A descentralização no processo de decisão contribuirá para que a mulher, filhos e filhas tenham maior envolvimento diante dos problemas e conquistas alcançados na unidade.

The fate of family farm units: A study on Morro Redondo RS youth

Abstract

A recurrent issue in family farm units, still open to debate, is a property-related one passed down from generations. Generational farm transfers are becoming an even more significant issue these days for a number of reasons: there has been a remarkable increase in migration of rural youth and women (to urban areas). Birth rates, by contrast, have substantially decreased. Moreover, current farmers are advancing in age with no prospect of proper replacement as rural workforce has been outnumbered by a male majority. This paper will examine the aspects before mentioned, which were empirically studied by the means of

semi-structured interviews with a representative number of Morro Redondo family farmers. It has shown that the lack of formal education seems to be the only thing hindering the remaining youth from migrating.

Keywords: Family agriculture. Hereditary succession. Rural sociology. Rural youth.

Notas

- 1 A agricultura familiar admitida no presente estudo pode ser entendida nos termos propostos por Lamarche, para quem a família é a gestora de decisão, organização e direção nos rumos da unidade produtiva. A noção de agricultura familiar combina família, produção e trabalho. É o caráter familiar que permite que se estabeleça a diferença entre a agricultura patronal e a familiar. A agricultura familiar resulta da combinação de diferentes formas sociais, no tempo e no espaço, entretanto ela “não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, a diversidade” (LAMARCHE, 1993, p. 18).
- 2 A expressão “sucessão hereditária” emprega-se nos sentidos objetivo e subjetivo. No sentido objetivo, é sinônimo de herança, massa de bens e encargos. Direitos e obrigações que compunham o patrimônio do falecido. No sentido subjetivo, equivale a direito de suceder, isto é, de recolher os bens de herança (GOMES, 1992, p. 5).
- 3 Pertencente à microrregião de Pelotas, Morro Redondo teve sua emancipação decretada em 1989, possuindo, segundo o Censo de 2000, 5.998 habitantes. Desse contingente, 64,14% compõem a população rural e 35,86%, a população urbana. Conta com uma área total de 16.979 hectares.
- 4 Utilizou-se como noção de “juventude rural”, a expressão de Wanderley (2003), para aqueles jovens que têm no meio rural o seu meio de vida.
- 5 Na perspectiva de Carneiro (1999), que insere a juventude rural numa categoria intermediária, sem receber uma denominação específica por parte dos pesquisadores, são considerados os “estudantes”, no caso dos de origem urbana e os “filhos de agricultores”, no caso dos de origem rural. Segundo essa autora, nos processos de socialização e divisão social do trabalho, o jovem é percebido como aprendiz de agricultor.

- ⁶ Realizaram-se entrevistas semiestruturadas, com o uso de amostragem aleatória simples para representar o conjunto de unidades de produção familiares de Morro Redondo - RS. Nessa etapa utilizou-se o recurso do gravador para recolher o depoimento dos agricultores e demais membros da família, com vistas ao levantamento de questões de interesse da pesquisa.
- ⁷ Eduardo Pereira Nunes, presidente do IBGE.
- ⁸ Fonte: *Zero Hora*. A nova família brasileira, dez. 2003.
- ⁹ Centro Federal de Educação Tecnológica, localizado em Pelotas - RS. Atual IF-SUL (Instituto Federal Sul Riograndense).
- ¹¹ Entende-se por unidade doméstica o núcleo familiar.

Referências

- ABRAMOVAY, R. et al. *Sucessão profissional e transferência hereditária na agricultura familiar*. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicações/pdf/asp1-03-02>>. Acesso em: 2 fev. 2004.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. Bertrand: Rio de Janeiro, 1999.
- BRANDÃO, C. R. Parentes e parceiros. In: ARANTES A. A. *Colcha de retalhos, estudo sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores rurais. *Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, 2001.
- GARCIA Jr. A. R. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- LAMARCHE, H. *Agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Unicamp, 1993.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- RIBEIRO, E. M. *A formação de dirigentes rurais no Brasil e o problema da sucessão nos anos 1990*. Disponível em: <http://www.dae.ufla.br/biblioteca>. Acesso em: 5 mar. 2005.
- ROCHE, J. *A imigração alemã no RS*. Globo: Porto Alegre, 1969.
- SACCO DOS ANJOS, F. *A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos operários de Massaranduba (SC)*. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 1994.
- _____. CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagregação. *Ensaio FEE*, jun. v. 26, n. 1, 2005.
- SANTOS, R. O. *Sucessão agrícola – um estudo de caso entre Douro e Ninho*. Disponível em: <<http://www.isa.uti.pt/deasr/publicações>>. Acesso em: 7 set. 2004.
- SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 52, maio 1985.
- SILVESTRO, M. L. et. al. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério D. Agrário, 2001.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Colonos do vinho*. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês no capital. São Paulo: Hucitec, 1978.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. *Estudos Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 21, out. 2003.
- WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.
- ZERO HORA. A nova família brasileira. Disponível em: <http://zh.com.br/editoria/geral/página6.htm>. Acesso em: 29 dez. 2003.